

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE JUNHO DE 2019

NÚMERO 7.464

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 054ª Sessão Ordinária realizada em 18/06/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 6 Atos da Mesa 6</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação 7 Ofícios..... 7 Projeto de Lei..... 9 Projeto de Lei Complementar 10 Requerimento..... 12</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - João Amin - José Milton Scheffer - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Mauro de Nadal

Nilso Berlanda

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Parabeniza o governo do estado de Santa Catarina, pois, analisando dados e comparando com gestões anteriores, percebe-se uma evolução notável nos indicadores socioeconômicos.

Agradece a todos que se empenharam na construção desta atual etapa para mostrar através de números que algo novo

está acontecendo em Santa Catarina.

Conta que, com muita alegria, recebeu o governador na cidade de Joinville, onde foram agraciados com a recuperação do eixo-industrial, obra avaliada em torno de R\$ 40 milhões. Anuncia a disponibilização de R\$ 6 milhões destinados aos Bombeiros Voluntários, desfazendo *fake news* divulgadas no período eleitoral, informando que este governo acabaria com a associação.

Conclui, congratulando o Governador Moisés, afirmando que valeu a pena cada voto pedido para a eleição do mesmo e enaltecendo todo o trabalho feito nestes cinco meses de mandato.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Corroborar e reforça o discurso do deputado, acrescentando que o governador está cumprindo promessas de gestões passadas referente obras iniciadas que não foram concluídas.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Elogia a abordagem do deputado e felicita o governador Moisés pelas ações praticadas no início do seu mandato.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Não concorda quando falam que o governador não dá atenção à região do Vale do Itajaí e Blumenau. Cita atitudes do governador Moisés que beneficiam a localidade: renovação do convênio Entra21 com a Fapesc, disponibilizando R\$ 800 mil; construção de um posto de emissão de passaportes na cidade de Blumenau, previsto para o início do ano seguinte; concessão de R\$ 1 milhão mensais

para o Hospital Santa Isabel, o qual não recebia verba do governo estadual; aumento no orçamento do Hospital Santo Antônio, que passará a receber R\$ 1 milhão por mês.

[*Taquígrafa: Sara*]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta que, em data subsequente, a Comissão de Pesca receberá pescadores do litoral catarinense para tratar, entre outros assuntos, da pesca do camarão.

Informa que há uma legislação do Rio Grande do Sul que está prejudicando diretamente a pesca no litoral catarinense, criando uma mobilização para que esta situação seja revista.

Finaliza o tema, parabenizando o deputado Felipe Estevão por ter entrado em contato com a Procuradoria Geral do Estado para defender o direito dos pescadores catarinenses.

Relata, ainda, que esteve em Joinville e se reuniu com o cirurgião plástico Eduardo Messias Martins de Oliveira, que apresentou o seu projeto de cirurgias em crianças e adolescentes de baixa renda que necessitam de otoplastia. Acrescenta que a proposta é oferecer cirurgia gratuita em todo o estado, efetuando ao menos duas cirurgias gratuitas por mês.

Comenta que 2% a 5% da população sofrem com o problema da orelha de abano, causando danos psicológicos devido ao *bullying*, que acontece geralmente na infância e na adolescência. Por fim, cita algumas escolas de Joinville que já foram atendidas.

Deputado Felipe Estevão (Aparteante) - Comenta que a lei sobre a pesca é inconstitucional, e que muitas lideranças comparecerão ao evento do dia seguinte.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Parabeniza o pronunciamento do deputado e comenta que encaminhará um documento a todos os parlamentares para informar do que trata esta proibição. Pede para que reforce o convite à Procuradoria Geral do Estado para que acompanhe a reunião. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Inicia, concordando com a fala do deputado coronel Mocellin em relação à preocupação e a intenção de pedir esclarecimentos, e resolver as questões acerca da pesca em Itajaí.

Tece comentários sobre a greve nacional ocorrida no dia 14 de junho, sexta-feira, em Santa Catarina, citando que a mesma teve como bandeira a liberdade do ex-presidente Lula, combate à reforma da previdência e supostamente recursos para a Educação. Crítica os grevistas e manifestantes, falando que manifestação de esquerda só acontece em dia de semana, portanto, causa problemas aos trabalhadores e a todas as pessoas que querem e precisam trabalhar. Procede à apresentação de vídeo que mostra ações de balburdia dos grevistas. Registra que alguns estudantes grevistas bloquearam os portões de acesso às universidades, houve ações de vandalismo em obras públicas, houve incêndios registrados em vários locais da capital, e o transporte público parado causou transtornos a muitos trabalhadores que não puderam se deslocar até o seu serviço. Menciona depoimentos de estudantes, professores e funcionários que não aderiram à paralisação e foram prejudicados e humilhados pelos manifestantes. Destaca entrevista do professor universitário da UFSC, Sérgio Colle, que trabalha há 45 anos na instituição, e que teve seu carro todo riscado por não ter aderido à paralisação.

Conclui, afirmando que se sente indignada e revoltada com as ações praticadas dentro das universidades do estado, deixa sua solidariedade ao professor Sérgio Colle, a todos os professores que cumprem o seu dever, assim como também às pessoas que não participaram do movimento grevista. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Demonstra surpresa ao ver nota nas redes sociais, informando que o governador não olha para o Vale do Itajaí e Blumenau. Registra ações realizadas pelo governador que beneficiam a região: dobrou o montante de recursos para o art. 170 e art. 171, favorecendo alunos de graduação e pós-graduação; foi renovado o convênio do Entra21 com a Fapesc e a prefeitura de Blumenau, disponibilizando R\$ 800 mil; construção de um posto de emissão de passaportes na cidade de Blumenau, que vai favorecer toda a população da região, previsto para o início do ano seguinte; convênio com o Hospital Santo Antônio, em Blumenau, aumentando o orçamento mensal para R\$ 1 milhão; e o Hospital Santa Isabel, que não recebia verba do estado, contará com R\$ 1 milhão mensal.

Conclui, afirmando que é um absurdo dizer que o governador não dá atenção para a região citada, pois em apenas cinco meses de mandato realizou práticas efetivas que agradam o local.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Corroborar e reforça o discurso do deputado, acrescentando o empenho do governador na busca por apoio federal para a realização de obras na BR-470.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Diz que está feliz com as atitudes do governador, principalmente com relação à área da Saúde.

Deputado Vicente Caropreso (Aparteante) - Pede para o deputado nomear as entidades que criticaram o governador Moisés. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Comenta a respeito dos estragos que sofreu o carro do exemplar professor Sérgio Colle, no dia da greve e das manifestações, quando chegou cedo à faculdade para dar sua aula e foi vítima de vandalismo, teve os pneus furados e risco na lateral, fato mostrado em vídeo e também por matéria jornalística exibidos no telão do Plenário. Demonstra sua indignação sobre o episódio ocorrido com o referido professor.

Retoma a questão do contorno Viário da Grande Florianópolis, afirmando que não tem o que se comemorar com a vista do ministro ao estado, pois entende que o mesmo veio apenas conhecer a obra e falar da entrega para 2022, porém sem confirmação concreta, ou seja, não trouxe nenhuma novidade. Destaca que o ministro falou em reequilíbrio orçamentário, que se traduz como reajuste de pedágio, e considera isso inaceitável, pois a população já paga um valor significativo e quer apenas a conclusão da obra. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Comenta os acontecimentos nos últimos dias referentes à BR-470, e solicita que as obras sejam de fato efetivadas. Pede para que as lideranças do governo deem um retorno.

Informa que a Bancada Federal Catarinense uniu forças com a Bancada Federal do Rio Grande do Sul para estabelecer duas obras como prioridade, a BR-470 e a BR-285. Comenta que a reunião aconteceu em Itajaí, e o ministro afirmou que priorizará a liberação de recursos para a manutenção destas rodovias.

Relata que se encontrou com o deputado federal Peninha, e pediu para que apele ao ministro por uma atenção preferencial ao trecho intransitável que liga a cidade de Lontras a Apiúna. Acrescenta que o superintendente do DNIT assegurou que há recurso disponível para a manutenção de pelo menos quatro quilômetros do trecho da rodovia de Lontras, e que o restante da verba depende do aval do ministro.

Afirma que os representantes da região do Vale do Itajaí ficaram decepcionados, pois o governador não anunciou nenhuma obra nova para a região. Pede um tratamento igualitário e que o governo se explique para os produtores da região do Vale. Também demonstra preocupação com a situação dos hospitais filantrópicos.

Finaliza o pronunciamento, agradecendo o aparte dos parlamentares, e pede ao deputado Ricardo Alba para que aconteça uma reunião com o governador, e que o mesmo dê maior atenção à região do Vale do Itajaí.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Reporta-se ao pacote de R\$ 200 milhões de investimentos, liberados pelo governador Carlos Moisés, lamentando a não inclusão das cidades da região do Vale do Itajaí.

Deputado Jerry Comper (Aparteante) - Comenta a necessidade de priorizar a questão do trânsito na BR-470, afetado pela péssima situação da rodovia.

Deputado Laércio Schuster (Aparteante) - Também discorre sobre a situação da BR-470. E pede mais investimentos também nas pequenas cidades da região do Vale do Itajaí, citando como exemplo sua cidade natal, Timbó. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a presente sessão até a Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sílvia]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Por requerimento do deputado Ivan Naatz, consulta as lideranças para retirar, da pauta da Ordem do Dia da presente data, a discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2019.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância das lideranças, a matéria está retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0003/2019, de autoria do deputado Bruno Souza e outro(s), que acresce o § 3º ao art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Solicita à assessoria que proceda à verificação de quórum para deliberação das matérias.

(Procede-se à verificação de quórum.)

Há quórum para deliberação.

Em discussão a admissibilidade da PEC n. 0003/2019, de autoria do deputado Bruno Souza.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2019, de autoria do deputado Marcius Machado e outro(s), que altera o art. 144, inciso X, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0048/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, que reconhece o município de Timbó como a Capital Catarinense do Cicloturismo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados Laércio Schuster, João Amin, Vicente Caropreso, Milton Hobus, Fabiano da Luz e Jerry Comper.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que estabelece normas para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas no estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Valdir Cobalchini.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0004/2019, de autoria da deputada Paulinha, que aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, para alterar o § 7º do art. 195, a fim de conceder imunidade tributária, referente à contribuição para a seguridade social, aos hospitais públicos, às unidades públicas básicas de saúde e às de pronto atendimento.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sra. deputada Paulinha.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, com Proposta de Emenda à Constituição Federal, a ser apresentada à Câmara dos deputados, determinando a simultaneidade das eleições, fixando a duração de cinco anos para os cargos eletivos nos Poderes Executivo e Legislativo, para todos os entes federados.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução apresentada pelo próprio autor, assim comunica que a matéria retorna à Comissão de Constituição e Justiça para a devida análise e tramitação, conforme determina o Regimento Interno da Casa.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 01422/2018, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 269/18, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências, a fim de incluir a farinha de arroz na relação de mercadorias que compõem a cesta básica do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça, relatoria do deputado Maurício Eskudlark, pela manutenção do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados José Milton Scheffer e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 26 votos “sim”, um voto “não” e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto. [Taquígrafa: Sara]

Pedido de Informação n. 0260/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca do critério para escolha do secretário executivo do Codesul/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0261/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, solicitando ao secretário da Segurança Pública informações acerca do número de boletins de ocorrência registrados com base no art. 171 do Código Penal em que os autores sejam idosos ou pensionistas, em decorrência de empréstimos por telefone.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0262/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Educação, informações acerca da dívida da secretaria de estado da Educação, especialmente sobre o montante desta e a relação dos credores, bem como a evolução histórica desta desde o dia 1º de janeiro do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0263/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil e da Infraestrutura, informações acerca do atendimento dos preceitos da Lei Estadual nº 17.681/2019 em obras na área de Infraestrutura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0264/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca da evolução histórica da dívida da secretaria de estado da Saúde desde o dia 1º de janeiro do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0277/2019, de autoria do deputado João Amin, apelando ao Presidente da República para que a Eletrosul seja mantida no município de Florianópolis e não transferida para o estado do Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0278/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o soldado Arthur Rocha Bitencourt, pela conquista do 2º lugar como destaque operacional na modalidade ostensiva de radiopatrulha da 8ª Região de Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0279/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o 2º sargento da PM Vanio de Souza Spindola, pela conquista do primeiro lugar como destaque operacional na modalidade ostensiva de radiopatrulha da 8ª Região de Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0280/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, apelando ao governador do estado do Rio Grande do Sul, para que busque meios legais de suspender ou revisar a forma de fiscalização e proibição de pesca de arrasto que trata o art. 30, VI, alínea “e” da Lei Estadual nº 15.223, de 2018, que águas do Mar Territorial, localizadas adjacentes à costa gaúcha, domínio eminente da União, por agente de fiscalização estadual do Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0281/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, cumprimentando os voluntários da Passarela da Cidadania em Florianópolis, que aos fins de semana, atendem moradores em situação de rua.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0282/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando a atleta Jacqueline Valente, por ter se qualificada para participar do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos que será realizado na Coreia do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0696/2019 e 0701/2019, de autoria do deputado Moacir Sopesa; 0697/2019, 0698/2019 e 0699/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0700/2019, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0702/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0703/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0704/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos; e 0705/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0839/2019, de autoria do deputado Luciano Machado; 0840/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0841/2019, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0842/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0843/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 0844/2019, 0845/2019, 0846/2019, 0847/2019 e 0848/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz; 0849/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins; 0850/2019 e 0851/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0852/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Elzamar]

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta que esteve na Fetranesc, e também sobre a instalação da Frente Parlamentar do Transporte de Carga e Logística. Informa que transitam nas rodovias do estado 153 mil caminhões associados à Fetranesc, entidade a qual representa 13% do PIB do estado e conta

com mais de 80 mil funcionários, crescendo gradativamente a cada ano.

Diz esperar mais investimentos na infraestrutura de Santa Catarina, área onde o estado demonstra deficiência, assim como pede a duplicação e ampliação de algumas rodovias. Registra visita de representantes da empresa WestRock, de Três Barras, que fez o maior investimento em Santa Catarina nos últimos cinco anos, totalizando R\$ 4 bilhões, salientando que transita um caminho na organização a cada dois minutos.

Faz apelo pela conclusão das obras na rodovia que liga Porto União e Matos Costa, pois a empresa que venceu a licitação abandonou a atividade, deixando a estrada em péssimas condições.

Informa que tem reunião marcada com o secretário da Infraestrutura para discutir assuntos importantes ligados às rodovias e à obra citada. Fala que a sociedade acaba culpando os deputados e o governador por deficiências causadas pela legislação, que é branda e deve ser alterada.

Finaliza, afirmando que os dirigentes devem ter pulso firme para lidar com situações inesperadas, e pede para que o governo de Santa Catarina tenha um programa de concessão de rodovias buscando parcerias público-privadas.

Deputado Vicente Caropreso (Apareante) - Corroborar a fala do deputado e afirma que Santa Catarina é um estado ausente de infraestrutura, apesar dos esforços do governo atual para modificar a situação. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Ao comentar sobre o mandato de um político, evidência que um dos itens é o de edificar a sociedade como mais humana. Deste modo, menciona que 73% das mortes em Santa Catarina são causadas por doenças crônicas não transmissíveis, as quais poderiam ser evitadas com bons hábitos alimentares. Discorre sobre o programa Hora da Merenda Escolar no município de Bombinhas, onde foi prefeita por duas vezes, ao exibir vídeo em que mostra a preparação da alimentação das crianças com produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar da região, e cita que isso gera saúde e previne doenças.

Registra a visita de dois auditores do Tribunal do Trabalho, que solicitaram empenho do Parlamento catarinense no cumprimento da Lei da Aprendizagem em relação ao percentual, pois 25 mil vagas não estão providas no estado, sendo que em São José e Florianópolis cinco mil vagas não estão preenchidas, as quais poderiam beneficiar jovens na faixa etária de 14 aos 24 anos, oportunizando qualificação e estágio. Por isso, protocolou projeto de lei que visa à obrigatoriedade do cumprimento da referida lei para as empresas que prestam serviços ao estado, destacando o setor supermercadista, que já absorve a referida faixa etária. Também, faz um contraponto ao dizer que se as empresas não podem absorver jovens aprendizes, podem atrair os apenas do estado catarinense.

Deputado Marcius Machado (Apareante) - Concorde com a fala da deputada em relação à merenda escolar, pois a alimentação saudável é a melhor forma de prevenir doenças. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO VICENTE CAROPRESO (Orador) - Celebra o Dia do Orgulho Autista e parabeniza a presidente da Associação Catarinense de Autismo, Cátia Purnhagen Franzoi, e todas as lideranças das Associações de Amigos dos Autistas.

Comenta que, desde 2005, a data é celebrada em diversas partes do mundo, e com a criação da ONG Movimento Orgulho Autista Brasil, que trabalha pela melhoria da qualidade de vida das pessoas autistas e suas famílias.

Informa que a Lei 12.764, que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconheceu os autistas oficialmente como pessoas com

deficiência, obtendo o direito a todas as políticas de inclusão do país, inclusive as de educação.

Afirma que é preciso mais do que a aprovação de uma lei. Argumenta que deve rever as políticas públicas atuais de modo a garantir aos educadores os conhecimentos, o tempo e a formação necessária para que os alunos não somente sejam matriculados, como também garantam seu direito de aprender. Acrescenta que com isso a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência vem realizando vários eventos para levar conhecimento e discutir políticas públicas para os autistas em Santa Catarina.

Enquanto comenta, exibe no telão fotografias e filmagens de congressos, seminários e eventos realizados com temáticas de inclusão de autistas na sociedade. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Cumprimenta o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo tema na tribuna, destacando também apoio às crianças que são autistas e a inclusão dos mesmos à sociedade.

Registra audiência pública ocorrida em Papanduva, que tratou sobre a exploração do minério xisto na região, e que está preocupando a população do Planalto Norte, já que vai causar impacto ambiental, principalmente nos recursos hídricos, e também temem que isto vá prejudicar o setor agropecuário. Diz que sempre defendeu a iniciativa privada, desde que as empresas que se instalam, ou que vão produzir, tenham o compromisso de investir, beneficiando a sociedade, e não apenas visando lucro. Pondera, demonstrando preocupação neste caso, pois as áreas requeridas para exploração do minério envolvem vários municípios em Santa Catarina, ao todo são 23, que possuem outros objetivos, é a única região que pode ampliar a produção de alimentos no estado. Questiona, alegando que as áreas requeridas para exploração do minério destruirão grande parte da área produtiva, trazendo danos ambientais que serão irreparáveis para toda a sociedade.

Encerra, afirmando que está fazendo um estudo para produzir um documento, que será encaminhado ao Fórum Parlamentar Catarinense para que tomem conhecimento da questão, já que a liberação e exploração de minérios no país é federal, solicitando também apoio dos colegas deputados para a causa.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Apareante) - Informa que fez visita técnica à Usina de São Mateus do Sul, Paraná, e teve a oportunidade de observar que a Petrobras faz um trabalho maravilhoso de recuperação ambiental na região, mas alerta que o mesmo é sofrido e leva décadas. Agradece o auxílio e apoio da Assembleia Legislativa do Paraná na visita à Usina, parabenizando também a Petrobras pelo trabalho realizado. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comunica que foi realizado Congresso, em Lages, evento muito lindo, para o lançamento do Partido Liberal, que volta a sua casa.

Registra que protocolará indicação cientificando o governo do estado de que a radioterapia do Hospital Geral Teresa Ramos está queimando os pacientes, também irá apresentar moção aos representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional, pedindo a aprovação da Proposta à Emenda à Constituição Federal de n. 171/1993, que trata da redução da maioria penal. Igualmente enviará moção ao INSS de Lages, questionando a morosidade para encaminhamento de documentos para aposentadoria das pessoas interessadas.

Informa que entregará ao secretário de estado da Saúde levantamento das necessidades financeiras do Hospital de Olhos de Palhoça. Explica que já recebeu todo o levantamento técnico do mesmo, solicitando o apoio dos colegas parlamentares, já que o hospital tem todos os equipamentos para fazer vários procedimentos, inclusive cirurgias como catarata. Comenta que o enxergar é muito

importante, e este hospital vai beneficiar 60% de pacientes de atendimento pelo SUS, vai atender a região serrana, norte e sul de Santa Catarina.

Conclui, afirmando que o hospital com este projeto vai ter uma função social muito importante, que é fazer as pessoas retornarem a enxergar, enfim, ver o colorido da vida. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Discorre sobre o capitalismo, citando que o apego à burocracia e legislações não fazem parte do mesmo. Diz que infelizmente este é o cenário no Brasil, que não quer ou não sabe, ou insiste em fazer errado o capitalismo.

Afirma que o Brasil é um país capitalista, deveria ser regido pelo livre mercado e pelo direito de escolha e de consumo, e não pela burocracia, como acontece. Diz que é um defensor do livre mercado, pois entende que empreendedores fazem algo que é primordial, atender bem os consumidores, e isso é uma função social que deve ser incentivada e não atrapalhada.

Registra que está propondo uma Frente Parlamentar do Livre Comércio e da Desburocratização para fazer bem feito aquilo que funcionou em todos os países que alcançaram prosperidade, sem regulamentações excessivas, sem burocracia, sem atrasos, sem obstáculos e sem muro de papel para impedir as pessoas de produzirem suas riquezas. Explica que é desta forma que empregos são gerados, riquezas são produzidas, trazendo prosperidade, numa receita simples de bom funcionamento.

Constata que no Brasil, muitas vezes, há um retrocesso, assim propôs a frente parlamentar, e convida todos os parlamentares que tiverem interesse em integrá-la, ressaltando que tem um estatuto e os seus integrantes se comprometem com os valores de livre mercado, que são valores básicos como: defender os princípios da livre iniciativa, votar pela redução do gasto no setor público, defender o equilíbrio orçamentário. Ainda, ressalta a importância de limitar o poder discricionário, quando um fiscal decide de forma diferente dependendo do momento. Defende o combate a propostas que resultem na diminuição da capacidade de decisão do indivíduo, pois ter mais escolha incentiva à concorrência. Cita o exemplo dos aplicativos, que algumas cidades tentaram limitar, considerando isso um absurdo, pois a liberdade de ofício deve ser a regra.

Acredita na importância da presunção de inocência para o gerador de riqueza, o que muitas vezes não acontece, pois idolatra-se o bandido e torna-se bandido o gerador de riqueza. Sugere a expansão dos prazos de validade dos alvarás, pois fazer isso todos os anos é um tempo perdido pelo empreendedor, que deveria ser investido em inovação.

Pontua que o caminho para acabar com a miséria é começar a respeitar quem gera riqueza para o país, e defender e votar a favor de privatizações e desestatizações. Alerta que o público não gera riqueza, ele apenas gasta riqueza, e se ele gasta é porque saiu de alguém através de impostos. Constata que, infelizmente, ano após ano está enfraquecendo e sendo esquecida a Lei de Responsabilidade Fiscal, e com isso o setor público está cada vez mais inchado.

Convida os deputados que tenham interesse em defender essas proposições, e informa que acontecerão reuniões com as associações e entidades do setor privado para apresentar o que está acontecendo no estado, estabelecendo um diálogo com quem produz. Espera que, com isso, se consiga conter um pouco a ânsia regulatória, legiferante e burocrática que infelizmente assola o estado e impede as pessoas de se tornarem casos de sucesso. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Revisão: Taquígrafa Sara].

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 078-DL, de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUIU a Frente Parlamentar pela Juventude, integrada pelas Senhoras Deputadas Paulinha, Ada De Luca, Ana Campagnolo, Luciane Carminatti, Marlene Fengler e pelos Senhores Deputados Dr. Vicente Caropreso, Fabiano da Luz, Felipe Estevão, Ismael dos Santos, Jair Miotto, José Milton Scheffer, Julio Garcia, Kennedy Nunes, Laércio Schuster, Luiz Fernando Vampiro, Marcius Machado, Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, Mauro de Nadal, Milton Hobus, Moacir Sopelsa, Nazareno Martins, Neodi Saretta, Nilso Berlanda, Pe. Pedro Baldissera, Ricardo Alba, Rodrigo Minotto, Romildo Titon, Sargento Lima, Sergio Motta e Valdir Cobalchini, com a finalidade de promover avanços em prol da juventude catarinense.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de junho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente

* * *

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 460, de 27 de junho de 2019.

Constitui Comissão Mista prevista na Lei nº 12.918, de 2004, que "Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense", com a finalidade de regulamentar e organizar a 9ª (nona) Edição do evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das organizações a serem premiadas.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso VII e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão Mista de que trata o art. 5º da Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, com a finalidade de regulamentar e organizar a 9ª (nona) Edição da Certificação de Responsabilidade Social, evento anual, e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das organizações a serem premiadas, que será composta da seguinte forma:

I - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC): Maria de Lourdes Nasario (Titular) e Scheila Dzedzic (Suplente);

II - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC): Luciane Pellizzaro dos Santos Herkenhoff (Titular) e Paula Fernanda Pamplona (Suplente);

III - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC): Marcelo Scheidt (Titular) e Carlos Adriano Leibi (Suplente);

IV - Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE): Lisiane Bueno da Rosa (Titular) e Daiana Ramos (Suplente);

V - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC): Raquel de Cassia Souza Souto (Titular) e Tadeu Pedro Vieira (Suplente);

VI - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina (FECOMÉRCIO/SC): Ana Carolina Rocha (Titular) e Carlos Alberto Geremias Júnior (Suplente);

VII - Federação Catarinense dos Municípios (FECAM): Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato (Titular) e Cristiane Lima Farias (Suplente);

VIII - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC): Andressa Mongruel Martins Vicenzi (Titular) e Silvia do Valle Pereira (Suplente);

IX - Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina (FECONTEC): Gabriele Gil Gomes (Titular) e Itelvino Schinaider (Suplente);

X - Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC): Rafael Ramos Rodolfo (Titular) e Ana Lucia Machado Tengaten (Suplente); e

XI - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS): Anderson Miguel Chaves de Cordeiro (Titular) e Thays Saretta Zulbach (Suplente).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus afeitos a partir de 17 de maio de 2019.

Palácio Barriga-Verde, 27/06/2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 461, de 27 de junho de 2019

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA

CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 7.495.775,00 (sete milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0002.1144		
Elemento/Fonte	33.90.46 - 100	R\$	4.000.000,00
Elemento/Fonte	33.90.93 - 100	R\$	700.000,00
SubTotal		R\$	4.700.000,00
Atividade	01.031.0820.0135.1128		
Elemento/Fonte	33.90.37 - 100	R\$	700.000,00
Elemento/Fonte	44.90.52 - 100	R\$	295.775,00
SubTotal		R\$	995.775,00
Atividade	01.126.0925.0147.1369		
Elemento/Fonte	33.90.30 - 100	R\$	200.000,00
Elemento/Fonte	33.90.39 - 100	R\$	400.000,00
Elemento/Fonte	33.90.47 - 100	R\$	100.000,00
Elemento/Fonte	44.90.39 - 100	R\$	300.000,00
Elemento/Fonte	44.90.52 - 100	R\$	300.000,00
Elemento/Fonte	44.90.92 - 100	R\$	500.000,00
SubTotal		R\$	1.800.000,00
Total		R\$	7.495.775,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0002.1144		
Elemento/Fonte	33.91.92 - 100	R\$	600.000,00
Elemento/Fonte	33.91.93 - 100	R\$	100.000,00
Elemento/Fonte	33.90.37 - 100	R\$	4.000.000,00
SubTotal		R\$	4.700.000,00
Atividade	01.031.0820.0135.1128		
Elemento/Fonte	33.90.31 - 100	R\$	500.000,00
Elemento/Fonte	33.90.39 - 100	R\$	495.775,00
SubTotal		R\$	995.775,00
Atividade	01.126.0925.0147.1369		
Elemento/Fonte	33.90.40 - 100	R\$	1.600.000,00
Elemento/Fonte	44.90.35 - 100	R\$	200.000,00
SubTotal		R\$	1.800.000,00
Total		R\$	7.495.775,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

OBJETO: CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PORTA CERTIFICADOS PARA ATENDER DEMANDAS DAS SESSÕES SOLENES E ESPECIAIS DA ALESC.

DATA: 10/07/2019 - **HORA:** 09:00 h

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de julho de 2019. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada no 8º andar, da Unidade Administrativa Dep. Aldo Schneider - Avenida Mauro Ramos, 300 - Centro - Florianópolis/SC - 27 de junho de 2019.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

* * *

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0259.0/2019

Ofício nº 034/2019 Treze de Maio (SC), 17 de Junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, de Treze de Maio, referente ao exercício de 2018.

Nivaldo Antonio Ceron
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0260.4/2019

São Francisco do Sul, SC Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2018.

IZA MARIA GRAMIGNA RODRIGUES
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0261.5/2019

Ofício nº 044/2019 Catanduvas (SC), 17 de junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Catanduvas, referente ao exercício de 2018.

IVONETE FLORES
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0262.6/2019

Pomerode, 17 de Junho de 2019 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Pomerode, referente ao exercício de 2018.

ALMIR ZOBOLI
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0263.7/2019

Gravatal - Santa Catarina Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Gravatal, referente ao exercício de 2018.

Pedro Paulo Esmeraldino
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0264.8/2019

Ofício nº 055/19 Iraceminha, 17 de junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Iraceminha, referente ao exercício de 2018.

Maria Margarete Marschall
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0265.9/2019

OF. 052/19 Araranguá, 17 de junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Araranguá, referente ao exercício de 2018.

DEONEAL ALVES DA SILVA
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0266.0/2019

Of. Nº 050/2019 São José do Cedro, 12/06/2019 Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São José do Cedro, referente ao exercício de 2018.

Marilei Salete Broetto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0267.0/2019

Joinville, 13 de junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Amigos das Crianças do Lar Abdon Batista, de Joinville, referente ao exercício de 2018.

Armanda Correa Gayoso Neves Cerqueira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0268.1/2019

PALMITOS - SC Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Regional de Palmitos, referente ao exercício de 2018.

Santo Tumelero
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0269.2/2019

Descanso SC, 11 de Junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico-Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, referente ao exercício de 2018.

PAULO CÉSAR BUSNELLO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0270.6/2019

Salete-SC, 19 de junho de 2019. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Salete, referente ao exercício de 2018.

Gilvani Aparecida Niehues Kniess
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0271.7/2019

Blumenau (SC) 17 de junho de 2019.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE), de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

MARCOS EDWIN MEY
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0272.8/2019

Apiúna (SC), 19 de Junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Apiúna, referente ao exercício de 2018.

Liliani Bernardi Foss
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0273.9/2019

Of. Nº 060/2019 Jaguaruna, 14 de junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Jaguaruna, referente ao exercício de 2018.

LIDIA VIEGAS
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0274.0/2019

Ituporanga, 13 de junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Abrigo Mão Amiga (AMA), de Ituporanga, referente ao exercício de 2018.

Ari Fronza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0275.0/2019

Ofício nº 0047/2019 Armazém SC, 19 de Junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Armazém, referente ao exercício de 2018.

Zita Michels da Rosa

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0276.1/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Catarinense de Esportes de Força, de Camboriú, referente ao exercício de 2018.

ALTAIR KADIZ DOS SANTOS
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0277.2

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária e Recreativa, de Garuva, referente ao exercício de 2018.

OSVALDO MANOEL VIEIRA
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0278.3/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2018.

PEDRO LUIS CORREA LAUER
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0279.4/2019

Ofício Nº 14/2019 Campo Alegre, 14 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Campo Alegre, referente ao exercício de 2018.

Elisabeth Kesting
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0280.8/2019

Ofício s/n Florianópolis, 10 de junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, referente ao exercício de 2018.

LUCIA HELENA FELIX
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0281./2019

Ofício nº 312019 APAE/GASPAR Gaspar, SC 13 de junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Gaspar, referente ao exercício de 2018.

Rogério Alves de Andrade
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0282.0/2019

Ofício s/n Blumenau, SC 17 de Junho de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da União Cristã - Associação Social e Educacional, de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

CLAUDINEI JOSÉ DA SILVA
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/06/19

OFÍCIO Nº 0283.0/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, de Joinville, referente ao exercício de 2018.

NEISE APARECIDA DO NASCIMENTO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/06/19

OFÍCIO Nº 0284.1/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (AJORPEME), em Joinville, referente ao exercício de 2018.

FERNANDO BADE
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/06/19

OFÍCIO Nº 0285.2/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Educação e Evangelização Popular, de Florianópolis, referente ao exercício de 2018.

MARIA ARGENTINA BASTOS SCHLEMPER
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/06/19

OFÍCIO Nº 0286.3/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Tratamento de Adições (CTRAD), de Içara, referente ao exercício de 2018.

RICARDO DAJORI POSSAMAI
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/06/19

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0201.8/2019

Dispõe sobre a criação e assinatura do: "Termo de Compromisso de Denúncia" a ser assinado no ato de lavratura do Boletim de Ocorrência nas Delegacias de Polícia do Estado de Santa Catarina.

Artigo 1º - Em todas as Delegacias de Polícia do Estado de Santa Catarina fica obrigatória a assinatura de "termo de compromisso de denúncia".

Parágrafo único - O termo de compromisso previsto neste artigo conterá as informações constantes no Anexo Único e será assinado no ato de lavratura do Boletim de Ocorrência.

Artigo 2º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao infrator a pena prevista no artigo 137, III da LEI Nº 6745, de 28 de dezembro de 1985.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das sessões, 19 de junho de 2019

ANA CAMPAGNOLO
Deputada Estadual-PSL

Lido no Expediente
Sessão de 26/06/19

ANEXO ÚNICO À LEI Nº DE DE**Termo de Compromisso de Denúncia**

Eu, _____, portador (a) do R.G. _____, devidamente inscrito no CPF/MF _____, no ato de lavratura do presente Boletim de Ocorrência **FICO CIENTE QUE**, após provocar a ação de autoridades, comunicando a ocorrência de crime ou contravenção e dando início à instauração de investigação policial, processo judicial, investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, nos termos dos artigos **339 e 340 do Código Penal**, se constatado tratar-se de denúncia caluniosa, ou falsa comunicação de crime, fico sujeito a responder nos termos da lei vigente.

"Artigo 339: Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:"

Pena: Reclusão, de 2 a 8 anos, e multa.

Artigo 340: Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:"

Pena: Detenção, de 1 a 6 meses, ou multa"

_____ de _____ de _____

assinatura

Sala das sessões, 19 de junho de 2019

ANA CAMPAGNOLO
Deputada Estadual-PSL

JUSTIFICATIVA

Tendo em base o Projeto de Lei protocolado pelo deputado estadual Douglas Garcia (PSL/SP), assim como o cordial e edificante diálogo com o movimento Direita São Paulo, a presente proposição, de caráter preventivo, visa alertar eventuais praticantes de denúncia caluniosa sobre as consequências criminais desta lamentável prática.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os anos de 2016 e 2017 apresentaram 55.700 e 61.032 estupros ou tentativas de estupros, motivo pelo qual a denúncia caluniosa além de onerar o erário prejudica as reais vítimas de crimes ao postergar investigações em detrimento da acusação de inocentes que, falsamente acusados, possam vir a sofrer desde execração pública até perigo contra a vida.

Diante do claro interesse público e da gravidade das condutas objeto da presente proposição, requer-se a aprovação da proposição em tela.

Sala das sessões, 19 de junho de 2019

ANA CAMPAGNOLO
Deputada Estadual-PSL

FONTES

Nas Varas de Família da capital (RJ), falsas denúncias de abuso sexual podem chegar a 80% dos registros
<https://extra.globo.com/noticias/rio/nas-varas-de-familia-da-capital-falsas-denuncias-de-abuso-sexual-podem-chegar-80-dos-registros-5035713.html>
50% das denúncias de estupro cometido por desconhecidos são falsas,

diz Delegacia de Defesa da Mulher de Bauru e grande região
<https://www.jcnet.com.br/Geral/2013/02/falsos-estupros-atrapalhampolicia.html>

Universitária admite que inventou história de estupro no RS, diz delegada
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/09/universitaria-admite-que-inventou-historia-de-estupro-no-rs-diz-delegada.htm>

Jovem que mentiu estupro no RS não responderá por homem agredido
<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/jovem-que-mentiu-estupro-no-rs-nao-respondera-por-homem-agredido.html>

MULHER É CONDENADA POR FALSA ACUSAÇÃO DE ESTUPRO
http://www.editoramagister.com/noticia_23155628_MULHER_E_CONDENADA_POR_FALSA_ACUSACAO_DE_ESTUPRO.aspx

Mulher denuncia falso estupro e pode ser presa
<http://www.engeplus.com.br/noticia/seguranca/2013/mulher-denuncia-falso-estupro-e-pode-ser-presa>

Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) indicia por denúncia caluniosa, jovem que mentiu ao acusar o ex de estupro

<http://www.quilombomais.com.br/farol/quilombomais/blog/cidadania/dpcami-indicia-por-denunciacao-caluniosa-jovem-que-mentiu-ao-acusar-o-ex-de-estupro/54434>

Mulher é indiciada por denúncia caluniosa após acusar amante de estupro

<https://noticiahoje.net/mulher-e-indiciada-por-denunciacao-caluniosa-apos-acusar-amante-de-estupro/>
 Homem passa quatro dias na cadeia em Novo Hamburgo após denúncia falsa da filha, diz polícia
<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/02/07/homem-passa-quatro-dias-na-cadeia-em-novo-hamburgo-apos-denuncia-falsa-da-filha-diz-policia.ghtml>
 Mulher é presa após fazer acusação falsa de agressões por parte do namorado
<http://www.engeplus.com.br/noticia/seguranca/2013/mulher-e-presa-apos-fazer-acusacao-falsa-de-agressoes-por-parte-do-namorado>
 Homem preso injustamente luta por indenização após contrair HIV em estupro no presídio
<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/as-3-mortes-de-heberson.htm#violencia-e-estupro-a-segunda-morte-de-heberson>
 DNA salva homem preso injustamente durante 127 dias acusado de estupro
<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/1844833/dna-salva-homem-preso-injustamente-durante-127-dias-acusado-de-estupro>
 Falsa acusação de estupro ou síndrome da mulher de Potifar
 Uma vez acusado de crime de tamanha reprovação social, a vida deste denunciado, ainda que provada a sua inocência, nunca mais será a mesma.
<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI252272,61044-Falsa+acusacao+de+estupro+ou+síndrome+da+mulher+de+Potifar>

Sala das sessões, 19 de junho de 2019

ANA CAMPAGNOLO

Deputada Estadual-PSL

* * *

o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial e adota outras providências”, para o fim de modificar a nomenclatura dos cargos de Auxiliar de Médico-Legal, Auxiliar Criminalístico e Auxiliar de Laboratório.

Art. 1º O inciso III, do artigo 4º da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....
 III - Auxiliar Pericial: desempenha atividades de nível superior, de natureza técnica, operacional, administrativa e de apoio, relacionadas ao suporte na execução das atividades afetas à instituição;

..... (NR)”

Art. 2º O inciso IV, do art. 11 da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.....

.....
 IV - prova de capacidade física, exclusiva para o cargo de Agente de Perícia Médico-Legal;

..... (NR)”

Art. 3º O *caput* do art. 15 da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A avaliação da capacidade física, de caráter eliminatório, visa verificar se o candidato ao cargo de Agente de Perícia Médico-Legal tem condições para suportar determinadas atividades inerentes ao cargo.

..... (NR)”

Art. 4º Os Anexos I e II da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, passam a vigorar com as redações respectivamente apresentadas nos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigência na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Lima

Lido no Expediente

Sessão de 26/06/19

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0017.5/2019

Altera os arts. 4º, 11 e 15 e os Anexos I e II da Lei nº 15.156, de 2010, que “Institui

“ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - IGP

CARREIRA	CARGOS	NÍVEL	CARGOS POR NÍVEL	QUANTITATIVO
Perito Oficial	Perito Criminal	I	100	345
		II	80	
		III	115	
		IV	50	
	Perito Criminal Bioquímico	I	13	45
		II	11	
		III	15	
		IV	6	
	Perito Médico-Legista	I	55	185
		II	45	
		III	60	
		IV	25	
	Perito Odontolegista	I	3	10
		II	2	
		III	3	
		IV	2	
Subtotal				585
Técnico Pericial	Papiloscopista	1	30	130
		2	30	
		3	25	
		4	30	
		5	15	
	Subtotal			
		1	70	
		2	40	

Auxiliar Pericial	Agente de Perícia Médico-Legal	3	35	250
		4	30	
		5	25	
		6	20	
		7	15	
		8	15	
	Agente de Perícia Criminal	1	200	610
		2	80	
		3	75	
		4	65	
		5	55	
		6	50	
		7	45	
		8	40	
	Agente de Perícia Criminal Bioquímica	1	10	50
		2	9	
		3	8	
		4	6	
		5	5	
		6	4	
		7	4	
		8	4	
	Subtotal			910
	TOTAL			1625

" (NR)

"ANEXO II
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO
CARGO: AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL
CARREIRA: AUXILIAR PERICIAL
NÍVEL: 1 a 8
REQUISITOS DE INVESTIDURA: 1 - conclusão de curso superior em faculdade reconhecida pelo Ministério da Educação. 2 - conclusão de curso de formação profissional, mínimo 120 (cento e vinte) horas aula.

" (NR)

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO
CARGO: AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL BIOQUÍMICA
CARREIRA: AUXILIAR PERICIAL
NÍVEL: 1 a 8
REQUISITOS DE INVESTIDURA: 1 - conclusão de curso superior em faculdade reconhecida pelo Ministério da Educação. 2 - conclusão de curso de formação profissional, mínimo 120 (cento e vinte) horas aula.

" (NR)

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO
CARGO: AGENTE DE PERÍCIA MÉDICO-LEGAL
CARREIRA: AUXILIAR PERICIAL
NÍVEL: 1 a 8
REQUISITOS DE INVESTIDURA: 1 - conclusão de curso superior em faculdade reconhecida pelo Ministério da Educação. 2 - conclusão de curso de formação profissional, mínimo 120 (cento e vinte) horas aula.

" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, que institui o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial, estabeleceu também o Plano de Carreiras e Vencimentos do Instituto-Geral de Perícias (IGP).

Naquela época, os servidores do IGP foram enquadrados em três carreiras, quais sejam, Perito Oficial, Técnico Pericial e Auxiliar Pericial. A carreira de Auxiliar Pericial apresenta os cargos de Auxiliar Criminalístico, Auxiliar Médico-Legal e Auxiliar de Laboratório, objeto deste Projeto de Lei Complementar.

A nomenclatura atualmente utilizada demonstra limitação e não está adequada à importância das atividades desenvolvidas pelos servidores, que não exercem, apenas, a função de auxiliar das demais carreiras, mas possuem atividades próprias. Estes, muitas vezes, atuam de forma independente, além do que, assim como os Agentes da Polícia Civil, trabalham nas mais diversas condições, a qualquer hora do dia ou da noite e contribuem de maneira relevante para a persecução penal. Destaca-se que, os três cargos integrantes da carreira Auxiliar Pericial do IGP possuem níveis remuneratórios semelhantes aos da carreira de Agente da Polícia Civil, apesar de possuir nomenclatura diferente.

Dessa forma, alterando a nomenclatura e requisitos de investidura dos cargos da carreira Auxiliar para Agente de Perícia Criminal, Agente de Perícia Médico-Legal e Agente de Perícia Bioquímica, busca-se trazer para os servidores do IGP elementos importantes para a valorização e estímulo de suas categorias, por ser meio capaz de elevar a autoestima, além de impulsionar a produtividade e a iniciativa profissional.

Vale destacar que a mudança da nomenclatura e de requisitos de investidura aqui apresentadas não acarreta novo enquadramento ou mudança de nível de vencimentos na estrutura do IGP, o que não implica impacto no orçamento do Estado.

Pelas razões aqui expostas, peço o apoio dos demais Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Deputado Sargento Lima

* * *

REQUERIMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO SOUZA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO Nº 0067.6/2019

Os(As) Deputados(as) que este subscrevem, com amparo no Art. 40, § 4º do Regimento Interno (Resolução no 001/2019), REQUEREM a constituição da **Frente Parlamentar do Livre Comércio e Desburocratização**, com objetivo de defender nesta Assembleia Legislativa a liberdade econômica, a livre concorrência e o direito de escolha do consumidor.

Sala das sessões, 11 de junho de 2019

Deputado Bruno Souza
 Deputado Jessé Lopes
 Deputado Felipe Estevão
 Deputado Coronel Mocellin
 Deputada Paulinha
 Deputado Nilso Berlanda
 Deputado Sérgio Motta

Lido no Expediente

Sessão de 26/06/19

TERMO DE ADESÃO

Os(As) Deputados(as) que este subscrevem, com amparo no Art. 40, § 4º do Regime Interno (Resolução no 001/2019), manifestam sua adesão à **Frente Parlamentar do Livre Comércio**, com o objetivo de defender nesta Assembleia Legislativa a liberdade econômica, a livre concorrência e o direito de escolha do consumidor, **assumindo compromisso com os seguintes pontos:**

- 1 - Não utilizar valores adicionais do dinheiro do pagador de impostos para executar os trabalhos de Frente Parlamentar do Livre Comércio;
- 2 - Defender os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de qualquer atividade econômica independente de autorização de órgãos públicos, conforme interpretação correta, qual

seja, a mais liberal possível do Art. 170 e Parágrafo Único da Constituição Federal de 1998;

3 - Votar pela redução de gastos do setor público e defender o equilíbrio orçamentário pela redução de gastos, e não do aumento de impostos; Combater o déficit do setor público com a sua redução de custos operacionais e não com o aumento de receita;

4 - Se posicionar contra propostas e a favor da revogação de normas que expandam o poder discricionário de agentes públicos sobre o domínio econômico e dão margem à corrupção feita pela venda de facilidades oferecidas por tais agentes que intervêm na economia;

5 - Combater propostas que resultem na diminuição da capacidade de decisão e escolha do indivíduo ou que criem empecilhos à livre iniciativa, às trocas voluntárias, à livre concorrência ou ao empreendedorismo, defendendo a a revogação de normas e regulamentação que limitam a atividade empreendedora;

6 - Defender a liberdade de ofício, de associação profissional e sindical, garantindo a cada trabalhador o direito de desempenhar suas funções mesmo sem estar vinculado a um coletivo ou organização, bem como o direito de a estas organizações não prestar qualquer contribuição pecuniária se assim entender melhor;

7 - Possuir sempre presunção de inocência para com o gerador de riquezas da sociedade, defendendo modelos de autorização de atividade econômica por autodeclaração do interessado, com responsabilização em caso de fornecimento de informações errada, invertendo o polo do Estado autorizador para todos os casos para o estado que orienta e educa apenas nos casos de descumprimento;

8 - Defender e votar a favor de privatizações e desestatizações, pela compreensão de que o Estado não deve realizar exploração da atividade econômica;

9 - Defender e votar pela expansão dos prazos de validades de alvarás, permissões, certidões e autorizações, visando a facilitação da atividade empresarial e empreendedora;

10 - Se posicionar de forma contrária à criação de burocracias que afetem a iniciativa privada bem com a interação do cidadão com o Estado, votando de forma contrária também à implementação de obrigações acessórias;

11 - Combater o gasto público pela compreensão de que ele ocorre em substituição predatória aos gastos aos agentes econômicos, e não em soma a este;

12 - Aplicar, em pareceres e na atividades parlamentar, o disposto na Lei Complementar 101 de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - em especial o disposto acerca de comprometimento da Receita do Setor Público com folha de pagamento, e a necessidade de estimativa de impactação orçamentária-financeira para quaisquer aumentos de custos neste sentido;

13 - Legar ao empreendedor e ao cidadão o papel sobre suas vidas e responsabilidades sociais, permitindo que aprendam com os eventuais próprios erros cometidos, e impedindo a participação do governo neste processo de evolução natural da sociedade para com os objetivos sociais, culturais ou educacionais que ela julgue adequados;

14 - Participar e contribuir no trabalho da Frente que dará premiações anuais a agentes do Setor Público ou Privado que contribuírem na consecução dos objetivos aqui descritos.

Sala das sessões, 11 de junho de 2019

Deputado Bruno Souza

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA DEPUTADA PAULINHA

Ofício nº 207/2019

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor

Bruno Souza

Deputado Estadual

Nesta Casa.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente requerer a retirada de minha adesão à **Frente Parlamentar do Livre Comércio e Desburocratização**, por estar em discordância com o Item 8, listado entre os compromissos da referida Frente.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Paulinha

Deputada Estadual

* * *